

DOCÊNCIA E FORMAÇÃO

Não poderíamos iniciar esta apresentação sem manifestar nossa felicidade por estarmos publicando, neste primeiro semestre de 2012, a vigésima edição da Revista Reflexão e Ação. Afinal, esta edição vem coroar dez anos de trabalho e investimentos de todas as ordens para trazer a público um conjunto significativo de reflexões que têm contribuído para qualificar e fazer evoluir o pensamento pedagógico no contexto nacional e internacional. Para isso, nada melhor do que uma edição em que pesquisadores e pensadores de diversos contextos e formações coloquem em pauta discussões fundamentais em torno daqueles sujeitos que fazem (professores), de como fazem (docência) e de como aprendem a fazer (formação) a educação em nosso país.

Assim, a temática *Docência e Formação* procura aproximar dois conceitos vitais do campo da educação, cujo eixo não é tema recente entre aqueles que atuam nessa área e que se preocupam com as políticas de educação e suas possibilidades práticas no Brasil. Não pretendemos, aqui, nos aprofundar em discussões acerca das políticas de educação, mas julgamos importante apresentar algumas dessas contribuições para a formação e a docência na medida em que tem interferência na atuação, nos modos de ser-estar, ou na delimitação do perfil/identidade dos docentes. Se não nos parecem muito claras as relações entre as políticas e o perfil docente, ao menos não podemos ignorar a interferência direta das mesmas na docência e, na medida em que é na docência que fazemos nossa formação, consideramos este um indício significativo para tais aproximações. Além disso, poderíamos nos perguntar: não sendo as políticas, quais outros fios vinculam docência e formação?

As aproximações entre docência e formação, no âmbito oficial – especificamente do Ministério da Educação – constitui uma face de debates e discussões que tem sido tomadas e retomadas, especialmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e mais sistematicamente a partir de 2001, quando tem início a proposição e consequentes reformulações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, neste caso, através do parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP N.º: 009/2001. Para considerarmos o peso dessas políticas vale lembrar que as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs passam a ser apresentadas como um conjunto de normas obrigatórias para a Educação Básica. Com elas, o Ministério da Educação – MEC se

propôs a orientar o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino. Para apresentar e fixar estas diretrizes, o Conselho Nacional de Educação – CNE valeu-se do que afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996, cujo texto ressalta a incumbência da União para propor e desenvolver, em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios, as competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, as quais formulam os currículos e seus conteúdos mínimos, assegurando uma formação básica comum.

Ainda que o foco central dessas medidas seja a formação básica, considerando a educação como um sistema minimamente integrado, nos perguntamos até que ponto estas políticas tem implicações também na formação superior. Além disso, mesmo que as DCNs considerem em sua formulação a autonomia das escolas e suas propostas pedagógicas, permitindo que estruturam seus currículos com aqueles conteúdos que lhes pareçam mais próximos e adequados, desde que vinculados às áreas explicitadas nas diretrizes curriculares ficamos a nos perguntar como isso acabou se dando naqueles municípios e estados com maior fragilidade reflexiva e de recursos, já que foram escassas as iniciativas de formação continuada.

Considerando as reflexões feitas até aqui, cabe nos perguntarmos quais relações estas políticas e concepções de formação de professores, atualmente em desenvolvimento no Brasil, guardam com o que entendemos como docência. Nesse sentido, vale lembrar do que nos diz Paulo Freire no livro *Pedagogia da Autonomia* (1996), especialmente quando procura detalhar os saberes necessários à prática educativa, afirmando que não há docência sem discência e que esta exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, corporeificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural.

Então, para tratar dessas questões nos dedicamos a pensar e estruturar este número da Revista Reflexão e Ação, cuja temática ***Docência e Formação*** apresenta e discute, em seus ***onze artigos*** e em ***uma entrevista*** exclusiva com o professor Vitor Henrique Paro, diversos pressupostos, práticas, resultados de pesquisas e experiências pedagógicas que constituem/definem a identidade do professor no contexto da educação no Brasil. Ou seja, aproximam e discutem temáticas afins ao campo da docência em sua relação direta com a formação.

O artigo *Caminhos da formação e profissionalização docente no Brasil: desafios e perspectivas na contemporaneidade* traça um breve panorama acerca da formação de

professores, traçando, entre outros, dois enfoques que consideramos interessantes para as reflexões. Por um lado, aponta para a estreita relação da formação de professores com a questão da profissionalização docente. E, por outro, retoma a história da docência, das práticas da educação como processos históricos anteriores à emergência do pensamento pedagógico. Numa perspectiva complementar, o referencial teórico aponta para um contexto de reestruturação do trabalho docente enquanto profissão que busca afirmar a dimensão política e social de seu papel e o reconhecimento de sua especialidade. Por fim, destaca o fato de que é neste percurso que os professores dão início a um processo de construção e reconstrução de seus saberes e práticas, balizados por suas experiências e necessidades formativas e profissionais.

Destacando a formação continuada de professores, o artigo intitulado *Formação continuada de professores e reunião pedagógica: construindo um estado de conhecimento* nos mostra que essa formação acontece ao longo da vida profissional, mas também pode acontecer dentro do próprio espaço escolar. Um dos caminhos de operacionalização desta possibilidade na escola pode ser a sua vinculação à reunião pedagógica e ao papel exercido pelo coordenador pedagógico. Ou seja, através de uma relação mediadora e coletiva, atrelada a desafios, reflexões, observações, avaliações e construção de novas práticas o grupo de professores vai construindo novas possibilidades e parcerias que tem reflexo na qualidade do ensinar e do aprender. Vale, no caso deste artigo, destacar o fato de que as autoras realizam essas reflexões tomando como referência, além dos teóricos que estudam e discutem esse tema, o banco de dados da ANPED e da CAPES no período de 2006 a 2010.

No artigo *Os saberes experienciais nas práticas educativas das turmas de jornada ampliada atendidas pelo Programa mais educação: um estudo de caso em Duque de Caxias/RJ*, as autoras afirmam que esses saberes fomentam a formação integral, proporcionando melhoria do desempenho escolar dos alunos no turno regular. Todavia, segundo seu estudo esse processo se dá timidamente, pois a articulação dos turnos é um dos maiores obstáculos para a efetividade das práticas educativas. Para tanto, as autoras estudaram as práticas educativas à luz dos princípios do Programa Mais Educação, que podem ser resumidos em: articulação das disciplinas; constituição de territórios educativos; integração das políticas educacionais e sociais; valorização de experiências de aprendizagem em tempo integral; afirmação da cultura dos direitos humanos; e, a articulação entre os diferentes sistemas de ensino. Assim, as autoras concluem que os saberes experienciais ainda se constituem como uma bagagem incipiente na história de aprendizagens coletivas e integradas realizadas pela maioria dos educadores.

Baseado em pesquisa de mestrado, o artigo *Sobre a experiência de educadoras: trabalho, política e educação em memórias* analisa as implicações mútuas dos temas referidos na experiência de docentes do ensino público da capital mineira na década de 70. Além do contexto histórico analisado, as políticas públicas educacionais – rupturas e continuidades, das memórias emergem aspectos das vivências cotidianas de trabalho destes educadores como participação nas lutas profissionais, sonhos, ideologias e desejo de mudanças. Destaca-se o fato de que esse processo ocorreu em período delicado para a democracia e em especial para a educação no país, sendo que as relações estabelecidas dentro do contexto escolar não foram abaladas por completo pelo medo ou pelo silêncio, no período em questão. Por fim, o texto destaca o fato de que muitas das relações de trabalho que emergiram nesse período estão vinculadas ao cotidiano e sua concretude do trabalho individualizado e que mesmo assim deixaram marcas para o engendramento “de ações coletivas num momento posterior”.

Iniciativas de cooperação entre docentes costumam enfrentar dificuldades, sendo que na maioria das vezes os envolvidos acabam desconhecendo as causas mais amplas que as dificultam ou facilitam, até mesmo pelo fato de que não temos no país maiores experiências de convivência em uma cultura cooperativa na educação. No artigo *Premissas para a cooperação docente: reflexão teórica sobre os requisitos que subjazem a ampliação da cooperatividade entre professores*, cujo texto integral está publicado em alemão, o autor propõe e discute nove premissas que podem contribuir para a otimização do coletivo com a finalidade de beneficiar os indivíduos escolares, inclusive os professores. Finalmente, o autor agrega a ideia de que essas premissas não servem apenas para a prática da cooperação entre professores, mas podem contribuir para reflexões em torno de alguns processos intermediários da profissão docente, tais como: gestão de conflitos, promoção do bem-estar, da satisfação pessoal e profissional, bem como, da saúde.

A questão da aprendizagem voltada para a alfabetização do Programa de Mentoria, através do Portal dos Professores da UFSCar, tratada no artigo *Estudo de caso de uma experiência de ensino e aprendizagem – ferramenta formativa online para professores iniciantes*, mostra uma atividade formativa e investigativa envolvendo o planejamento, a implementação e a avaliação de propostas educativas construídas em comum acordo entre uma professora novata e sua mentora. Os resultados indicam a importância do acompanhamento de professores iniciantes tendo como ponto de partida os dilemas e dificuldades encontradas por eles. Segundo esse estudo, na maioria dos casos o trabalho da mentoria envolve colaborar com os professores iniciantes especialmente na construção de diagnósticos de aprendizagens dos alunos, na seleção de conteúdos, na elaboração de planos

de aula e na individualização do ensino. Assim, o Programa de Mentoria acaba favorecendo a autonomia dos professores uma vez que potencializa melhorias em suas práticas, seja para o desenvolvimento do currículo, seja para a gestão dos saberes e da própria sala de aula.

No artigo *Formação para a educação especial na perspectiva inclusiva: o papel das experiências pedagógicas docentes nesse processo*, as autoras destacam que os processos de formação docente só terão sucesso se os docentes estiverem engajados e dispostos a se utilizarem de suas experiências pedagógicas para motivar a reflexão e a construção de conhecimentos. Assim, farão valer como um processo formativo a constituição de experiências voltadas para as especificidades de desenvolvimento de todos os alunos de uma realidade educacional especial inclusiva. Ou seja, as autoras acreditam que a formação docente é processo contínuo que ocorre com as situações pedagógicas que irão exigir do educador sempre algo original e muitas vezes inusitado e para isso, para essa diversidade de experiências, contribui mais aquele contexto escolar permeado pelos processos de inclusão.

Um estudo sobre práticas de leitura de um grupo de professores da escola pública tratado no artigo *Formação docente e práticas de leitura: experiências iniciais e na atuação profissional* aponta como essas práticas se constituem desde a formação inicial até o período de atuação docente. O estudo torna evidente, ainda, a importância dos primeiros incentivadores da leitura, sejam eles familiares ou os primeiros professores. No cruzamento dos dados empíricos, produzidos a partir de entrevistas com estes professores, as autoras destacam as críticas recentemente divulgadas pelos meios de comunicação do estado de São Paulo que apontam o professor como o profissional mais mal preparado da sociedade brasileira, que tomaram por base uma prova de conhecimentos e leitura realizada pela secretaria de educação daquele estado. Alegam as autoras que nessa avaliação não foram considerados outros fatores que tem importante contribuição para tal classificação desses profissionais, como, por exemplo: a qualidade de sua formação inicial, a precariedade infra-estrutural das escolas, a desvalorização salarial e a própria complexidade da profissão. Contrariamente a essas críticas, o estudo procura mostrar que os professores buscam nas práticas de leitura as possibilidades de melhorarem pessoal e profissionalmente.

O artigo *Agressividade da criança no espaço escolar: uma abordagem psicanalítica* aborda por um outro ângulo a questão da docência. Discute os papéis de pais e professores frente às situações de agressividade no contexto escolar. Ou seja, procura revisitar as dificuldades dos professores em intervir nessas situações. Além disso, teoricamente embasado nas reflexões de Jacques Lacan e Freud, o estudo trata dessa agressividade no ambiente institucional/escolar, discutindo a relação entre os conceitos de agressividade e afetividade,

bem como o das diferenças entre agressividade e violência. Assim, o texto procura trazer as contribuições das teorias psicanalíticas para a docência, o trabalho educativo no contexto escolar, diferenciando a agressividade *da* criança, comumente associada à violência; da agressividade *na* criança como característica fundamental e necessária para o seu desenvolvimento e socialização.

As práticas pedagógicas de professores(as) de Sociologia – atores e autores da profissão – e representações docentes no ensino médio paulista são tratadas no artigo *Professores e professoras de sociologia no ensino médio: práticas docentes e representações*. A autora argumenta acerca da necessidade de se refletir mais profundamente sobre o significado da disciplina escolar de Sociologia para os implicados. Um dos argumentos que apresenta para tal necessidade está no fato de que a história dessa disciplina na escola, em termos de percurso no currículo apresenta muita irregularidade o que repercute em certa fragilidade àqueles que a ministram. Ou seja, a vulnerabilidade desta disciplina “aos mandos e desmandos das políticas estaduais e federais” vem impedindo práticas pedagógicas mais consistentes o que se retroalimenta, de certa maneira, pela carência de sua consolidação, levando tanto alunos quanto professores a estarem ‘desinformados’ a respeito do que tratam, exatamente, as Ciências Sociais. Essa particularidade, por isso mesmo, remete e é decorrente dos vínculos entre formação e docência. Conclui-se, assim, pela grande importância dessa disciplina nos currículos escolares, mostrando, por outro lado, que os professores encontram-se despreparados para equilibrar as demandas entre os conteúdos que devem trabalhar e as expectativas dos alunos quanto à mesma.

O último artigo temático deste número considera que o poder é uma prática social constituída historicamente e que o espaço escolar não está alheio a essa cultura, uma vez que esta se constitui das relações entre poder e saber. Nesse sentido o artigo *A dinâmica do poder no cotidiano escolar* aborda como as relações entre poder e saber se processam no contexto escolar da docência e de que forma se manifestam no currículo, que por sua vez remete à formação. O estudo tem como base as concepções de poder nas perspectivas de Foucault e Nietzsche. Assim, as autoras defendem a ideia de que as representações instaladas no currículo, por serem lugares de disputas e de escolhas atravessados pelas relações de poder, podem ser implodidas e rerepresentadas em outras perspectivas e interpretações que possam narrar novas histórias.

Complementam esta edição, além da entrevista temática já referida acima, três *artigos especiais* cujas reflexões não estão muito distantes do nosso tema central, mas não atendem às exigências para serem enquadrados como temáticos e assim os apresentamos a seguir.

O artigo *Ética e deontologia na formação de médicos e enfermeiros em Portugal*, produzido por duas pesquisadoras portuguesas e com versão integral traduzida para a língua inglesa, aborda a deontologia e a importância da bioética na formação desses profissionais. Assim, as autoras explicitam duas orientações fundamentais que são: os princípios bioéticos enunciados por Beauchamp e Childress (1979), relacionados com uma ‘ética da justiça’; e a proposta de Kemp (2000), próxima de uma ‘ética do cuidado’. A partir daí, as pesquisadoras problematizam a formação ética desses profissionais cujas concepções aproximam-se ora de uma ética utilitarista, ora de uma ética do dever, ora de uma ética da virtude. Com base nessas reflexões o texto passa a indicar algumas repercussões possíveis da ausência de fundamentação ética na função cuidadora de médicos e enfermeiros.

A construção das identidades no espaço escolar é o segundo artigo especial, cujo tema está bem próximo do eixo docência e formação, mas toma por base uma série de considerações psicossociais a respeito da construção das identidades de adolescentes. Seu autor, sendo psicólogo, pedagogo, mestre em educação, e doutor em comunicação e cultura defende que nesse processo de construção, os adolescentes se apropriam de diversas fontes de informação e de experiências sociais que se confrontam com as da cultura escolar. Assim, o texto passa a considerar que a escola deve empreender uma reflexão acerca das múltiplas cidadanias e identidades, porque a experiência escolar é fundamental para isso, mas também porque identidade e cidadania são necessárias para a construção de uma sociedade democrática.

Por último, mas nem por isso menos importante, situamos o artigo intitulado *Educação para além do mercado de trabalho*. Neste texto as autoras propõem um conjunto de reflexões críticas em torno da educação no Brasil, tomando como ponto de partida a ênfase dada pelas políticas e práticas atuais a apenas um dos aspectos da educação que é a preparação para o trabalho. Além disso, o texto traz um significativo retrospecto da presença deste aspecto educacional na história da Educação. Estruturado com base na teoria crítica, o artigo esclarece que Marx também defendia a aprendizagem pelo trabalho, situação em que escolas politécnicas, por exemplo, permitiriam aprender com e por meio do trabalho, e não apenas para o trabalho. Assim, as autoras situam a questão de uma educação integral como aquela que valoriza as potencialidades do ser humano como ser social e histórico. Segundo as autoras, tal concepção de formação integral abriria espaço para que através da educação formal e escolarizada as pessoas se instrumentalizassem, apreendessem o que já foi historicamente produzido pela humanidade para então poderem “inovar, criar, mudar o modo de produção e, conseqüentemente, a sociedade, tornando-a mais justa e igualitária”.

Pois bem, acreditamos ter mapeado nesta apresentação alguns dos diversos e diferentes enfoques que nos aportam os textos constitutivos dessa edição da Revista Reflexão e Ação. A intenção foi trazer para este espaço uma pequena amostra das significativas reflexões que os pesquisadores desenvolveram e souberam organizar em forma de texto, presenteando a todos nós com sua sabedoria. Assim, nos resta agradecer aos autores por sua opção em publicar conosco e a você, caro leitor, pela escolha em percorrer as páginas seguintes, desejando uma leitura com muitas aprendizagens!

Felipe Gustsack

Ieda de Camargo

Santa Cruz do Sul-RS - Brasil

Inverno de 2012